

# Zero Hora: Proposta de previdência que serve de modelo para Bolsonaro está em revisão no Chile

*Matéria do jornal Zero Hora publicada em 6/11/2018:*

## Proposta de previdência que serve de modelo para Bolsonaro está em revisão no Chile



*Atual modelo de previdência provoca protestos no Chile, especialmente contra as administradoras, chamadas de AFPs. Crédito: CLAUDIO REYES / AFP*

***Sistema de aposentadorias baseado em capitalização inspira equipe do futuro governo, mas, hoje, quase todos os beneficiários chilenos recebem pouco menos que a metade do salário mínimo***

Embora esteja cercado de incertezas, o projeto de [reforma da Previdência](#) do futuro governo de [Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) encontra inspiração no [Chile](#). Por lá, o sistema de aposentadorias em vigor é o de capitalização, no qual os trabalhadores fazem depósitos em contas individuais para obter seus próprios benefícios.

O modelo desperta a simpatia do futuro ministro da [Economia](#), [Paulo Guedes](#), guru do presidente eleito, mas sofre contestações internas. Depois de setores da população chilena protestarem contra valores reduzidos de aposentadorias, o governo local apresentou proposta de ajustes, que deve ser encaminhada ao Congresso até o fim do mês.

Na semana passada, [Guedes](#) disse que o projeto de capitalização no Brasil seria similar ao do país andino e sinalizou que a iniciativa seria voltada para as próximas gerações. Hoje, o modelo de aposentadorias em vigor no Brasil é o de repartição. Nesse sistema, além da contribuição de empresas, os trabalhadores que estão na ativa têm parte do salário recolhida pelo governo para o pagamento dos benefícios daqueles que se retiraram do mercado. Ou seja, uma geração financia a aposentadoria da outra.

No modelo de capitalização chileno, os trabalhadores depositam parcelas equivalentes a 10% de seus salários em contas individuais, as administradoras privadas de fundos de pensão (AFPs). O dinheiro é aplicado ao longo dos anos por essas instituições no [mercado financeiro](#), na tentativa de elevar o valor dos benefícios. Por lá, também há definição de idade mínima para alcançar a aposentadoria: 60 anos para mulheres e 65 para homens.

O sistema chileno foi criado em 1981, em meio a reformas liberais promovidas pelo governo do ditador Augusto Pinochet. Três décadas depois, ao formar as primeiras gerações de aposentados, é alvo de críticas, evidenciadas em recorrentes protestos de rua.

Segundo analistas, em períodos de dificuldades no [mercado de trabalho](#) local, houve quem rumou para atividades informais ou simplesmente não conseguiu poupar. Com isso, o valor acumulado para os benefícios ficou reduzido.

Conforme a Fundação Sol, organização chilena que analisa indicadores econômicos, 90,9% dos aposentados recebiam em 2015 menos de 149,4 mil pesos (cerca de R\$ 800, em valores atuais). A marca correspondia à época a 66% do [salário mínimo](#), que foi reajustado neste ano para 288 mil pesos (em torno de R\$ 1,5 mil).

Diante de protestos populares, o governo de centro-direita do presidente [Sebastian Piñera](#) apresentou na semana passada projeto que busca fazer com que empregadores também recolham alíquota de 4% sobre a folha de pagamento dos funcionários. Assim, a contribuição total de cada trabalhador passaria para 14%. Hoje, as companhias e o Estado não têm participação no benefício.

Segundo especialistas, um dos principais desafios para a formação de um [regime de capitalização](#) no Brasil é o [custo de transição](#). Isso significa que o país teria dificuldades para fazer o pagamento dos benefícios de quem dependesse da contribuição de gerações posteriores, já que essas poderiam ser incluídas no modelo de contas individuais.

– A migração do sistema de repartição para o de capitalização teria de ser parcial, mas, mesmo assim, custaria muito – avalia o economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos, especialista em [finanças públicas](#).

O plano de governo de [Bolsonaro](#) afirma que a intenção é instalar “paulatinamente” o novo modelo. O documento reconhece que, “obviamente”, a transição de um regime para o outro causaria “problema de insuficiência de recursos, na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização”. Sem dar detalhes, o plano ainda menciona que seria criado um fundo para compensar a redução nas contribuições.

– Não se explicita as fontes para financiar o custo dessa transição. Em momento de crise fiscal, não vou dizer que seja

impossível, mas fica mais difícil financiá-la – frisa o pesquisador Rogério Nagamine Costanzi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

### **Paulo Guedes acompanhou criação na gestão Pinochet**

Desde que foi lançado, em 1981, o sistema de capitalização previdenciário chileno passou por uma primeira reforma. Em 2008, o governo socialista de [Michelle Bachelet](#) criou um fundo estatal para garantir pensões básicas a quem não conseguiu poupar durante a vida laboral, como trabalhadores que exerceram atividades informais. A iniciativa ficou conhecida como espécie de pilar solidário do modelo chileno.

– Foi um ajuste complementar, voltado a pessoas que não tinham acesso a aposentadorias. Apesar dessa mudança, dizer que o sistema chileno deu errado é exagero. Do ponto de vista de sustentabilidade fiscal, está ok. Mas há demanda por ajustes – pontua o pesquisador Rogério Nagamine Costanzi, do Ipea.

A atual proposta de reforma chilena, além de buscar instituir a contribuição de empresas para a aposentadoria dos funcionários, também pretende ampliar o número de administradoras privadas de fundos de pensão (AFPs). A medida, segundo analistas, pode aumentar a competição entre as entidades privadas. A simpatia do economista [Paulo Guedes](#) pelo sistema chileno guarda relação histórica. Durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet, o guru do presidente eleito [Jair Bolsonaro](#) (PSL) deu aulas na Universidade do Chile.

De perto, assistiu às reformas promovidas no país, comandadas pelos “Chicago Boys” – economistas de viés liberal que estudaram na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, por onde [Guedes](#) também passou.

– Antes da capitalização, o modelo previdenciário

do [Chile](#) também era de repartição, como no Brasil. Naquele momento, a população estava muito menos envelhecida do que a do Brasil agora – aponta Nagamine.

Ao lado dos EUA e de Israel, o [Chile](#) será um dos destinos das primeiras viagens internacionais de [Bolsonaro](#) como presidente, conforme o deputado federal reeleito [Onyx Lorenzoni \(DEM-RS\)](#), futuro chefe da Casa Civil do governo eleito. No dia 28, após a vitória do capitão da reserva no segundo turno, o presidente chileno, Sebastian Piñera, parabenizou o futuro colega brasileiro.

### **Proposta de Temer tem maior contribuição e idade mínima**

O texto da reforma da Previdência do governo de [Michel Temer \(MDB\)](#) encara resistências dentro do Congresso desde que foi apresentado, em 2016. Na semana passada, tanto o presidente eleito [Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) quanto o futuro ministro da Economia, [Paulo Guedes](#), defenderam a aprovação de ao menos uma parte do projeto ainda neste ano. Por trás disso está a tentativa de tranquilizar o mercado financeiro e garantir alívio às contas públicas.

Por causa das dificuldades encontradas no Congresso, o governo [Temer](#) promoveu alterações no texto inicial. O projeto original tinha estimativa de R\$ 800 bilhões de economia em 10 anos, mas, devido a mudanças ao longo das negociações, a quantia caiu para cerca de R\$ 480 bilhões. A proposta foi engavetada em fevereiro deste ano, após o governo [decretar intervenção federal no Rio de Janeiro](#) – é proibida a votação de proposta de emenda à Constituição (PEC) enquanto a medida estiver em vigor no país.

Entre seus principais pontos, a reforma proposta por [Temer](#) prevê idade mínima para aposentadoria, que seria elevada gradualmente até 65 anos para homens e 62 para mulheres. O texto também estipula que, para receber o valor

integral do benefício, seria preciso somar 40 anos de contribuição.

– A proposta original teria economia maior do que a última, mas é melhor do que nada. Para ser aprovada, há custos políticos envolvidos – sublinha o pesquisador Marcel Balassiano, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Por se tratar de PEC, a [reforma da Previdência](#) precisaria do apoio de pelo menos 308 dos 513 deputados, em duas votações, para avançar. O texto também necessitaria da chancela de 49 dos 81 senadores, em dois turnos. Parlamentares reafirmaram que a proposta não tem chance de ser aprovada.